

REGISTRO DE REUNIÃO	
Data:	26/10/2021
Reunião:	9ª Reunião do Grupo de Trabalho Regularização de Vazões – GT Vazões do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP
Grupo:	GT Vazões
PARTICIPANTES	
Alan	INEA
Aline Alvarenga	AGEVAP
André Marques	AGEVAP
Celso Bandeira	UFJF
Daiane Santos	AGEVAP
Fernando Setembrino Cruz Meirelles	Água e Solo
Gisele Boa Sorte	SEAS
Gustavo Luiz Godoi de Farias Fernandes	IGAM
Heitor Soares	IGAM
João Siqueira	CBH BPSI
Larissa Costa	INEA
Larissa da Silva Soares	Água e Solo
Marcio Peixoto	AGEVAP
Marina Assis	AGEVAP
Vinícius Roman	ANA
Tipo:	Videoconferência
Local:	Microsoft Teams
RELATO DA REUNIÃO	
Item 1 – Aprovação de registro da reunião anterior;	
<p>O Sr. André Marques (AGEVAP) deu início à reunião apresentando a ordem do dia e aprovou o registro da última reunião.</p>	
Item 2 - Apresentação do projeto Plano Mineiro de Segurança Hídrica de Minas Gerais – PMSH; e	
<p>O Sr. Gustavo Fernandes (IGAM) agradeceu a oportunidade de apresentar o programa “Somos Todos Água” e ressaltou a importância da parceria com o CEIVAP para a construção deste trabalho. Ele esclareceu que o objetivo do programa é ampliar a segurança hídrica a partir da promoção de ações integradas e permanentes. Antes de apresentar as ações atuais, ele contextualizou os demais com um breve histórico do programa, que foi iniciado em 2018 associado ao programa nacional de revitalização de bacias. O Sr. Gustavo Fernandes (IGAM) relatou que o programa hoje possui 3 instâncias de governanças, a primeira delas é o comitê gestor que foi estabelecido pela resolução conjunta N° 2848/2019 formado pelas casas que compõe o Sisema-MG, mas que o intuito é agregar o maior número possível de participantes, tanto do governo como da iniciativa privada e dos comitês de bacia. Depois ele exibiu as diretrizes que conduzem o programa. O Sr. Gustavo esclareceu que as ações irão ocorrer em Eixos de Atuação, especificamente, em 3 eixos: conservação e restauração da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos; produção sustentável e uso racional dos recursos hídricos; saneamento, controle da poluição e obras hídricas. De acordo com o Sr. Gustavo Fernandes (IGAM), 3 ações já</p>	

estão basicamente definidas: o Plano Mineiro de Segurança Hídrica, que já está em fase de contratação e dois projetos associados, o Projeto do rio Viamão que, segundo ele, é uma experimentação executiva dentro do Plano Mineiro com o que será feito na prática e o Projeto Paraopeba, que retrata a gestão e recuperação do rio Paraopeba atingido pelo rompimento da barragem em Brumadinho em 2019. Para concretizar o Plano Mineiro, o Sr. Gustavo informou que em 2020 foi possível efetivar com o Ministério do Desenvolvimento o convênio N° 906405/2020, que possui no total o valor de R\$ 6.640.000,00 (seis milhões seiscentos e quarenta mil reais), com 6 milhões por parte do governo federal e com uma contrapartida de 640 mil por parte do governo de Minas Gerais. Ele inteirou que o convênio possui como meta: elaborar o Plano Mineiro de Segurança Hídrica; manejo integrado da Bacia Hidrográfica do rio Viamão; custeio operacional de supervisão e logística para a execução das atividades. O Sr. Gustavo Fernandes (IGAM) informou que no início do ano de 2021 foi feita a primeira versão do termo de referência para a contratação de uma empresa de organização especializada para a escrita do plano e em março de 2021 o Plano Mineiro foi disposto para consulta pública e contribuição de diversos atores envolvidos no processo ou que possuíam interesse em participar e após dezenas de críticas, ações e observações foi realizada a revisão e reconstrução do TR e no dia 19 de outubro o TR do plano mineiro foi disponibilizado para a contratação. Ele exibiu a publicação do edital N°1/2021 e ressaltou que todas as informações como PR, anexos e especificações técnicas para a contratação estão disponíveis no site do IGAM e no site de compras do Estado e comunicou que o protocolo de toda documentação para habilitação, proposta técnica, certidões e proposta comercial devem ser encaminhadas para o e-mail cplpmsh@meioambiente.mg.gov.br até o dia 3 de dezembro de 2021, das 9h às 16h e que a abertura dos envelopes será realizada no dia 6 de dezembro. O Sr. Gustavo Fernandes (IGAM), relatou que no recorte feito do plano haverá 7 produtos, o Produto 1: Plano de Trabalho; Produto 2: Estudos e Levantamentos; Produto 3: Mapeamento das Áreas prioritárias; Produto 4: Banco de Projetos; Produto 5: Plano de Comunicação Social, Mobilização e Educação Ambiental, Produto 6: Resumo executivo do Plano Mineiro de Segurança Hídrica/Oficinas Temáticas, eventos e reuniões. No produto 6, as duas primeiras oficinas serão gerais, com a participação de todos os atores envolvidos, a oficina 1 retrata Métricas e Critérios e a oficina 2 aborda os critérios de hierarquização, ambas com o limite de até 150 participantes que irão ocorrer entre o oitavo e décimo mês de trabalho do Plano Mineiro e o Sr. Gustavo Fernandes (IGAM) afirmou que na ocasião o CEIVAP será devidamente e formalmente comunicado. O Sr. Gustavo Fernandes (IGAM) esclareceu os objetivos e as ações do projeto de revitalização da bacia hidrográfica do rio Viamão, localizada no norte de Minas Gerais, que são voltados à implementação de ações em áreas degradadas estratégicas para a recuperação e conservação ambiental da bacia. O segundo projeto que integra o Somos Todos Água é o projeto de revitalização da bacia hidrográfica do rio Paraopeba, danificado pelo rompimento da barragem em Brumadinho-MG (2019) com o objetivo de implementar ações para produção sustentável e uso racional dos recursos hídricos na bacia, contendo intervenções voltadas à promoção da segurança e que o recurso de 200.000.000,00 (duzentos milhões) para o projeto partiu do convênio com o MDR, que são recursos que foram originados pela medida compensatória do acordo assinado entre o Estado e a Vale. O Sr. Gustavo Fernandes (IGAM) exibiu os objetivos do projeto, que aborda a mitigação de processos de contaminação de águas subterrâneas, a promoção de ações para o saneamento rural, a promoção do uso eficiente da água, a sensibilização e mobilização da sociedade, a recuperação e conservação de 300km de estradas vicinais; e a recuperação de 1.500 hectares por ano de áreas degradadas. Ele lembrou aos demais que o Plano Mineiro já está em fase de execução, com a disponibilização do termo de referência para contratação, que segundo ele, é um processo demorado, mas que o objetivo é iniciar o Plano Mineiro ainda em 2021. O Sr. João Siqueira (CBH BPSI) parabenizou a iniciativa do comitê mineiro e perguntou sobre qual será a participação do CEIVAP nos comitês da bacia de São Francisco. O Sr. Gustavo Fernandes (IGAM) informou que a participação dos comitês será geral, tanto na elaboração das métricas e critérios para definição das áreas prioritárias, como neste critério de hierarquização e acrescentou que a metodologia será desenvolvida em conjunto com os representantes e será aplicada para o restante do estado. Ele inteirou que será realizada as oficinas regionalizadas por comitês, os representantes serão chamados e o CEIVAP participaria ao realizar essa validação para o Paraíba do Sul. A Sra. Larissa Costa (INEA) agradeceu a apresentação do IGAM e perguntou se na avaliação realizada, sobre possíveis necessidades na bacia do Pomba e Muriaé, as ações estarão restritas ao trecho mineiro ou a bacia será analisada em sua totalidade. Segundo ela, ao se limitar somente ao território mineiro será possível extinguir os problemas deste trecho, mas não solucionaria os problemas da bacia de forma integral e comentou sobre a importância de saber até onde é o limite de atuação do Plano Mineiro. O Sr. Gustavo Fernandes (IGAM) informou que de alguma maneira essas ações irão ultrapassar o território mineiro,

mas ressaltou que não saberia dizer exatamente qual o nível de avanço dessas ações em outro estado e que será mantida a premissa do Somos Todos Água com uma adição de esforços. Sobre a importância da integração, ele acrescentou que as oficinas realizadas irão conter no máximo 150 participantes. O Sr. André Marques (AGEVAP) comentou que é importante saber que os planos de segurança hídrica, tanto do Rio de Janeiro, quanto de Minas Gerais, terão muitas ações em conjunto com o comitê.

Item 3 - Apresentação do Plano de Trabalho relativo aos estudos de alternativas e desenvolvimento de projetos visando garantir a adução de água para os sistemas de canais da Baixada Campista;

A Sra. Marina Assis (AGEVAP) contextualizou a todos que, em setembro, foi assinado o contrato com a empresa, e a ordem de serviços emitida logo em seguida à contratação, bem como uma vistoria foi realizada no final do mesmo mês. Ela informou que o termo de referência, da contratação, foi elaborado no âmbito do GT Vazões e que existe um grupo designado que irá acompanhar ativamente a análise técnica dos produtos, que será um grupo do INEA e da SEAS, mas ressaltou que esses produtos serão também discutidos com o GT Vazões afim de obter novas contribuições. A Sra. Larissa Soares (Água e Solo) compartilhou a primeira versão do Plano de Trabalho, que foi enviada dia 16 de outubro. O projeto tem como objetivo trazer alternativas para a recuperação dos sistemas de adução da água do Rio Paraíba do Sul, atendendo as demandas do GT Vazões do CEIVAP com o trabalho previsto no termo de referência e analisará 8 comportas de adução do rio Paraíba do Sul: Itereré; Cacomanga; Campos-Macaé; Cambaíba; Coqueiros; São Bento; Jacaré e Vigário. A Sra. Larissa Soares (Água e Solo) informou que há 5 atividades que serão desenvolvidas dentro do projeto e que cada atividade está relacionada a entrega de um produto e descreveu cada uma delas. Apresentou os principais problemas encontrados no trabalho de visita de vistoria, presente na Atividade 2 e realizado em 22 de setembro. Dentre as dificuldades, ela evidenciou a falta de rotina de manutenção e operação; a presença de vegetação e resíduos obstruindo as grades; assoreamento dos canais; prática de vandalismo; falta de acesso à energia elétrica; sistemas de bombeamento precarizados; e a inexistência de definição quanto à manutenção e operação. O Sr. André Marques (AGEVAP) opinou que para os critérios de escolha do projeto básico, seria interessante a entrada também de uma pré-avaliação da parte ambiental. O Sr. Fernando Meirelles (Água e Solo) relatou que na parte ambiental, a preocupação que existe é qualquer intervenção no rio Paraíba, que começa a se trabalhar então como rio federal, foge do grupo e vai para outra delegação, como por exemplo o IBAMA. O Sr. André Marques (AGEVAP) completou sobre a importância da participação dos convidados do CBH BPSI e da integração de vários atores que conheçam bem a bacia. A Sra. Larissa Costa (INEA) disse que analisou e revisou o plano de trabalho e destacou que a oficina prevista para a discussão de análise ambiental, com o nome "oficina de decisões com o INEA", deveria envolver outros atores além do INEA na área de licenciamento, como por exemplo, a ANA e o IBAMA. Em relação as sessões transversais, ela comentou que foi escrito no plano de trabalho, que não está previsto levantamento de sessão ao longo destes canais devido ao estudo de adução, mas que existe uma a ser realizada próxima à estrutura de adução, que foi definida pelo grupo. Complementou, perguntando se as informações das cotas de adução foram adquiridas pelo comitê e sugeriu deixar registrado no documento a origem dessas informações. A Sra. Larissa Soares (Água e Solo) confirmou que essas informações foram adquiridas na reunião do dia seguinte e que será realizada essa atualização. O Sr. João Gomes (CBH BPSI) relatou que solicitou na reunião da CTC que fossem disponibilizados os dados dos estudos, já que possuem muita importância para o banco de dados do comitê do Baixo Paraíba do Sul. A Sra. Larissa Costa (INEA) ressaltou que não questionou a avaliação feita pela empresa e só reforçou que é preciso constar no Plano de Trabalho que foram dados levantados pela própria empresa. O Sr. André Marques (AGEVAP) assegurou que todos os documentos serão disponibilizados, como é feito normalmente. A Sra. Larissa Soares (Água e Solo) apresentou as 50 seções previstas no Paraíba do Sul e o Sr. Fernando Meirelles (Água e Solo) informou que essas seções serão efetuadas próximas dos castelos e ressaltou que a preocupação é não entender o sistema de canais como um todo. O Sr. Fernando Meirelles (Água e Solo) informou que a todo momento é mencionado a bacia de São Fidélis como uma divisão clara do Baixo Paraíba do Sul, logo a proposta, segundo ele, seria modelar o Paraíba a partir deste trecho e realizar o levantamento das seções nos pontos que tenham alteração significativa, para que esse modelo seja construído até atingir a foz. Ele solicitou aprovação ao GT para a implementação de três seções na parte de baixo do Muriaé (a seção 13, 14 e 15 no mapa). O Sr. Fernando Meirelles

(Água e Solo) confirmou a fala do Sr. André Marques (AGEVAP), de que as diversas formas de distribuição desses 50 pontos, não irão interferir nos valores e acrescentou que foi preciso cobrir esses três pontos em Muriaé para que se possa entender a cota de entrada dessa água. O Sr. André Marques (AGEVAP) esclareceu que o parecer técnico é abordado por outro grupo responsável por analisar os produtos. Ele solicitou à Sra. Larissa Soares (Água e Solo) que oficializasse o documento em relação aos 50 pontos, 3 em Muriaé e 47 no Paraíba, para ser enviado oficialmente e registrado no processo e destacou que este é um projeto estratégico para o CEIVAP, para o comitê federal e para o Baixo Paraíba, logo, há uma expectativa muito grande em relação ao projeto. O Sr. Vinícius Roman (ANA) perguntou se dentre as 50 seções distribuídas, existe alguma que coincide com estudos anteriores. O Sr. Fernando Meirelles (Água e Solo) respondeu que essa comparação com outros estudos ainda não foi efetuada, mas que não há dúvidas de que alguns pontos irão coincidir, pois se trata de pontos hidráulico que são escolhidos por meio de critérios técnicos. Ele completou dizendo que espera que a seção de medição na ponte municipal esteja similar e em relação a cota do IBGE, será feito um levantamento de todas essas cotas que serão traduzidas para o mesmo referencial e ressaltou que não será um problema averiguar se existem estudos anteriores em comum e se será possível realizar um deslocamento dessas seções. A Sra. Larissa Soares (Água e Solo) comentou sobre a oficina que está sendo planejada e indagou se já existe uma organização dos atores locais a respeito de mobilização, já que a empresa enxerga muito valor nesta oficina para o avanço do projeto. O Sr. Alan (INEA) perguntou ao Sr. Fernando Meirelles (Água e Solo) se, em relação as seções realizadas nos pontos transversais a outros estudos, existe um ponto de controle de algum local que já possui monitoramento. O Sr. Fernando Meirelles (Água e Solo) respondeu que no estudo hidrológico todas as estações estão sendo verificadas com as vazões que serão utilizadas no projeto. O Sr. Alan questionou ao Sr. João Gomes (CBH BPSI) se a reunião com a diretoria já foi agendada e ele respondeu que a reunião foi agendada para quinta-feira e que foi conversado com o sindicato rural, a ASFLUCAN e os pescadores para uma apresentação com a visão da AGEVAP sobre a contratação, o objetivo do projeto e alguns detalhes do termo de referência em uma reunião mais informal com o intuito de motivar esses atores e membros do comitê a participarem das oficinas. O Sr. João Gomes (CBH BPSI) informou que a meta é tentar mobilizar esses atores e explicar o que são os projetos e as oficinas e ressaltou que dará o retorno acerca da receptividade das pessoas. O Sr. André Marques (AGEVAP) questionou se o projeto monitorar ainda possui uma estação instalada embaixo. O Sr. Márcio Peixoto (AGEVAP) relatou que na região do BPSI que passa pelo Paraíba do Sul há uma estação, com o nome Ponte Municipal, que está mal referenciada e que precisa ser atualizada. A Sra. Larissa Costa (INEA) solicitou ao Sr. Vinícius Roman (ANA) que indicasse um representante da ANA para corrigir os dados no HidroWeb e ele então sugeriu que ela encaminhasse ao gerente responsável. O Sr. Vinícius Roman (ANA) ressaltou que as localizações no passado não eram muito precisas, logo, esse banco de dados aos poucos vai se atualizando. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) comunicou que irá encaminhar os *shapes* com os pontos corretos para a empresa e informou que o Plano de Trabalho possui um prazo de contribuições, que serão consolidadas e encaminhadas à empresa, com a data limite até o dia 3 de novembro. O Sr. Fernando Meirelles (Água e Solo) esclareceu que a estação Cardoso Moreira e São Fidelis estão entre as seções que serão levantadas.

Encaminhamentos:

- Serão enviadas aos participantes as apresentações realizadas na reunião.
- Será reenviado o Plano de Trabalho relativo aos estudos de alternativas e desenvolvimento de projetos visando garantir a adução de água para os sistemas de canais da Baixada Campista com contribuições até o dia 03/11/2021 (quarta-feira).

Item 4 - Assuntos Gerais

O Sr. André Marques (AGEVAP) perguntou se alguém gostaria de acrescentar mais informações em assuntos gerais. Sem mais assuntos a serem discutidos, a reunião foi encerrada.

Início:		Encerramento	
Registro da reunião elaborado por:	AGEVAP		